



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

O **MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 76.205.665/0001-01, com sede administrativa na Avenida Macali, nº 255, centro, Marmeleiro, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito, Sr. Jander Luiz Loss, inscrito no CPF sob o nº 744.826.379-04, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa **NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.492.811/0001-21, com sede na Rua Pernambuco, nº 2862, Sala 01, Bairro Coqueiral, Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85.807-050, Telefone (45) 3222-6100 / (41) 3278-9898, e-mail: vendas@nitrotec.tec.br, representada neste ato pelo Sr. Sandro Henrique Borella, inscrito no CPF sob o nº 164.023.768-25, aqui denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e Regulamento Municipal, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A presente Ata de Registro de Preços está sendo firmada com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Pregão Eletrônico nº 044/2025, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E VALOR

2.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de nitrogênio líquido para abastecimento de botijões criogênicos, utilizados nos trabalhos de inseminação artificial para incentivo a bacia leiteira do Município de Marmeleiro, atendendo as necessidades do Departamento de Agricultura e Abastecimento, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o edital e descrição a seguir:

Item	Qtde	Unid. Medida	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	15.000	Litros	NITROGÊNIO LÍQUIDO – gás liquefeito altamente refrigerado, incolor, inodoro, para abastecimento de botijões criogênicos a partir de caminhões tanques licenciados.	Nitrotec / White Martins	4,00	60.000,00
02	5.000	Litros	NITROGÊNIO LÍQUIDO – gás liquefeito altamente refrigerado, incolor, inodoro, para abastecimento de botijões criogênicos a partir de caminhões tanques licenciados.	Nitrotec / White Martins	4,70	23.500,00
Valor Total Estimado						83.500,00

2.2. O valor total estimado para esta contratação será de R\$ 83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos reais).

2.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o FORNECEDOR, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do artigo 83 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

2.4. Vinculam esta Ata, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 044/2025, a proposta do FORNECEDOR e eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, ou seja, até 05 de agosto de 2026, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.1.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

3.1.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.3. Na formalização da Ata ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com o FORNECEDOR registrado na ata será formalizada pelo Município por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação, para a formalização da Ata de Registro de Preços, serão considerados os valores unitários e totais da proposta ajustada do adjudicatário, respeitando obrigatoriamente os quantitativos previstos no edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente Ata será de responsabilidade exclusiva do FORNECEDOR, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pela presente Ata, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

4.3. O valor acima e meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

4.4. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

4.5. Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou o que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

5.1. O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito ou transferência eletrônica para a conta bancária do FORNECEDOR indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

5.2. A nota fiscal deverá ser apresentada no Setor de Finanças ou encaminhada pelo endereço eletrônico: nf@marmeleiro.pr.gov.br, com indicação da modalidade e número da licitação e Ata de Registro de Preços, e Nota Fiscal emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO

CNPJ nº 76.205.665/0001-01

Avenida Macali, nº 255 – Centro

Marmeleiro – PR

CEP: 85.614-068

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

5.3. Deverão acompanhar a nota fiscal certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, CNDT e do FGTS, válidas para o período do pagamento.

5.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo próprio FORNECEDOR obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJs.

§1º Os pagamentos serão retidos em caso de não cumprimento pelo FORNECEDOR de disposições contratuais, bem como em caso de multa, até o recolhimento da mesma.

§2º O pagamento não efetuado na data de vencimento deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC ocorrida no período, salvo a ocorrência do disposto no §1º desta Cláusula.

5.6. Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
454	10.02	20.608 0029 2.048	3.3.90.30.04.00.00	0

CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o CONTRATANTE convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONTRATANTE procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao FORNECEDOR requerer ao CONTRATANTE a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1. Neste caso, o FORNECEDOR encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo CONTRATANTE e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 13.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos termos do item anterior, nos termos do Parágrafo anterior, o CONTRATANTE convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONTRATANTE procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 13.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o CONTRATANTE atualizará o preço registrado de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto será mensalmente por agendamento, conforme cronograma e necessidade do Departamento de Agricultura e Abastecimento, podendo ser solicitado parceladamente no período de execução do contrato (12 meses). Deverá ser entregue junto ao local indicado, nos horários determinados, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, após assinatura da(o) Ata de Registro de Preços/Contrato, onde serão verificadas todas as especificações exigidas, reservando-se ao Município o direito de recusar parcial ou totalmente aqueles em desacordo com o objeto contratado.

8.2. O local da entrega dos produtos será junto ao Departamento de Agricultura e Abastecimento, localizado na Rua Alvorada, nº 105, Bairro Alvorada, Cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, CEP: 85.615-004, em horário de expediente, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

8.3. O prazo para entrega do objeto será **impreterivelmente de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Compra por parte da CONTRATADA.**

8.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.5. O prazo de que trata o item 8.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo CONTRATANTE.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8.7. Não será recebido o objeto diferente da descrição, com quantidade inferior ou valor diferente do licitado.

8.8. O FORNECEDOR deverá proporcionar a entrega/execução do objeto em perfeitas condições, conforme quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas nas ordens de compra, bem como, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

8.9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.9.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será dado como recebido, conforme:

8.9.2. Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente ao FORNECEDOR que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

8.9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação do FORNECEDOR, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.9.4. Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços acima identificado que ensejem correções por parte do FORNECEDOR. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

8.9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5.6. Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que o FORNECEDOR faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. O FORNECEDOR ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

8.5.7. Independentemente da aceitação, o FORNECEDOR deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

8.5.8. Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades do Departamento solicitante. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos.

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

9.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

9.5. Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações do FORNECEDOR, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando o FORNECEDOR quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

9.7. Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal da Ata, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

9.8. Aplicar ao FORNECEDOR as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações do FORNECEDOR, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, ao FORNECEDOR.

9.12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Compete ao FORNECEDOR:

10.1. O FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela Ata de Registro de Preços, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

10.8. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.10. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.11. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.

10.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

10.16. Permitir, a qualquer tempo, que o Fiscal do CONTRATANTE inspecione o objeto e examine os registros e documentos que considerar necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018).

11.2. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado nas hipóteses previstas nos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão aos propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

11.3. O FORNECEDOR dará integral cumprimento à Lei n. 13.079/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão da Ata de Registro de Preços com o CONTRATANTE.

11.4. O FORNECEDOR obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

11.5. O FORNECEDOR não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

11.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após a prévia aprovação do MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, responsabilizando-se o FORNECEDOR pela obtenção e gestão.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, será de responsabilidade do servidor, Sr. Douglas Fabiano Bressiani.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

12.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o gestor da Ata de Registro de Preços.

12.5. A gestão da presente Ata ficará a cargo da Diretora do Departamento de Agricultura e Abastecimento, Sra. Keila Valandro.

12.5.1. Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

12.6. Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, seguindo os preceitos do Decreto nº 3.500/2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o FORNECEDOR que:

- a) der causa à inexecução parcial da Ata;
- b) der causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da Ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da Ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover o cancelamento da Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” ate “h” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.

3. Compensatória, para a inexecução total da Ata prevista na alínea “c” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.

4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do caput desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da Ata.

5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do caput desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.

6. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do caput desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.

13.3. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima na o poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao FORNECEDOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

13.4.4. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica o FORNECEDOR obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. A personalidade jurídica do FORNECEDOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada pelo CONTRATANTE, quando o FORNECEDOR:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 7.2.2. da Cláusula Sétima; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

d.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao FORNECEDOR não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o CONTRATANTE, mediante decisão fundamentada, decidir pela



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.2. O cancelamento da Ata nas hipóteses previstas no caput desta Cláusula será formalizado por despacho do CONTRATANTE, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.3. Na hipótese de cancelamento da Ata, o CONTRATANTE poderá convocar os licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

14.4. O cancelamento da Ata poderá ser realizado pelo CONTRATANTE total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do FORNECEDOR, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Cláusula Sétima.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Marmeleiro, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Marmeleiro, 06 de agosto de 2025.

JANDER LUIZ
LOSS:74482637
904
MUNICÍPIO DE MARMELEIRO
 Jander Luiz Loss
CONTRATANTE

Assinado digitalmente por JANDER LUIZ
 LOSS:74482637904
 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
 Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM
 BRANCO), OU=14030336000101, OU=presencial, CN=
 JANDER LUIZ LOSS:74482637904
 Razão: Eu sou o autor deste documento
 Localização:
 Data: 2025.08.06 08:00:03-03'00"
 Export PDE Reader Versão: 2025.1.0

ASSINADO DIGITALMENTE
 Validade jurídica assegurada
 conforme MP 2.200-2/2001,
 que instituiu a ICP-Brasil

SANDRO HENRIQUE
BORELLA
164.023.768-25
 Emitido por: AC
 Certisign RFB G5
 Data: 08/08/2025

bry

NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS
AGROPECUARIOS LTDA
 Sandro Henrique Borella
CONTRATADA



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

FORNECEDOR: NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de nitrogênio líquido para abastecimento de botijões criogênicos, utilizados nos trabalhos de inseminação artificial para incentivo a bacia leiteira do Município de Marmeleiro, atendendo as necessidades do Departamento de Agricultura e Abastecimento, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o edital e descrição a seguir:

Item	Qtde	Unid. Medida	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	15.000	Litros	NITROGÊNIO LÍQUIDO – gás liquefeito altamente refrigerado, incolor, inodoro, para abastecimento de botijões criogênicos a partir de caminhões tanques licenciados.	Nitrotec / White Martins	4,00	60.000,00
02	5.000	Litros	NITROGÊNIO LÍQUIDO – gás liquefeito altamente refrigerado, incolor, inodoro, para abastecimento de botijões criogênicos a partir de caminhões tanques licenciados.	Nitrotec / White Martins	4,70	23.500,00
Valor Total Estimado						83.500,00

VIGÊNCIA: A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, ou seja, até 05 de agosto de 2026.

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 06 de agosto de 2025.

Marmeleiro, 06 de agosto de 2025.

Jander Luiz Loss
Prefeito



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO - PARANÁ

QUARTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2025

ANO: VIII

EDIÇÃO Nº: 2007- 29 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

CONSIDERANDO a convocação de todos os aprovados para o cargo de **Psicólogo**;

CONSIDERANDO que o Item 11.5 do Edital de Abertura nº 115, de 22 de setembro de 2023, estabeleceu que os candidatos que não pudessem ou desejassem assumir a vaga disponibilizada por ocasião da convocação poderiam solicitar formalmente, por uma única vez, o reposicionamento no último lugar da lista de classificados, a fim de ser convocado futuramente, se houver necessidade dentro da validade do certame;

CONSIDERANDO a solicitação de reposicionamento para o final da lista de classificado de candidato convocado para assumir a vaga de **Psicólogo**;

CONSIDERANDO que o Item 11.7 do Edital de Abertura nº 115/2023, dispôs sobre a divulgação oportuna da lista de classificação com os candidatos reposicionados,

TORNA PÚBLICO o reposicionamento da lista de classificado do cargo temporário de **Psicólogo**, conforme os candidatos que solicitaram o reposicionamento para a convocação da nova vaga disponibilizada:

CARGO: PSICÓLOGO – PSS.

Insc.	Candidato	Classificação Final	Reposicionamento
43	Eduardo Pavan Guerreiro	2º	14º
58	Lívia Regina da Silva Pereira	5º	15º
55	Jaíne Lima de Andrade	7º	16º
86	Francieli de Oliveira Dalmora	11º	17º

Marmeleiro, 06 de agosto de 2025.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito de Marmeleiro

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

FORNECEDOR: NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de nitrogênio líquido para abastecimento de botijões criogênicos, utilizados nos trabalhos de inseminação artificial para incentivo a bacia leiteira do Município de Marmeleiro, atendendo as necessidades do Departamento de Agricultura e Abastecimento, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o edital e descrição a seguir:

Item	Qtde	Unid. Medida	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	15.000	Litros	NITROGÊNIO LÍQUIDO – gás liquefeito altamente refrigerado, incolor, inodoro, para abastecimento de botijões criogênicos a partir de caminhões tanques licenciados.	Nitrotec / White Martins	4,00	60.000,00
02	5.000	Litros	NITROGÊNIO LÍQUIDO – gás liquefeito altamente refrigerado, incolor, inodoro, para abastecimento de botijões criogênicos a partir de caminhões tanques licenciados.	Nitrotec / White Martins	4,70	23.500,00
Valor Total Estimado						83.500,00

VIGÊNCIA: A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, ou seja, até 05 de agosto de 2026.

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 06 de agosto de 2025.

Marmeleiro, 06 de agosto de 2025.

Jander Luiz Loss
Prefeito



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

O Município de Marmeleiro dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.marmeleiro.pr.gov.br/> no link Diário Oficial.

[Início](#)

Prefeitura Municipal de Marmeleiro

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO
FORNECEDOR: NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de nitrogênio líquido para abastecimento de botijões oxigênicos, utilizados nos trabalhos de insensibilização artificial para incentivo à saúde humana do Município de Marmeleiro, atendendo às necessidades do Departamento de Agricultura e Abastecimento, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o edital e descrição a seguir.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	15.000	Litros	NITROGENIO LIQUIDO - gás liquefeito altamente refrigerado, incolado, inodoro, para abastecimento de botijões oxigênicos a partir de caminhões tanques licenciados.	Nitrotec / White Martins	4,00	60.000,00
02	5.000	Litros	NITROGENIO LIQUIDO - gás liquefeito altamente refrigerado, incolado, inodoro, para abastecimento de botijões oxigênicos a partir de caminhões tanques licenciados.	Nitrotec / White Martins	4,70	23.500,00
Valor Total Estimado						R\$ 83.500,00

VIABILIDADE: A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, ou seja, até 05 de agosto de 2026.

DATA DE ASSINATURA A ATA: 06 de agosto de 2025.

Marmeleiro, 06 de agosto de 2025.

Jander Luiz Lous

Prefeito

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO
FORNECEDOR: MINDIAL TECNOLOGIA COMERCIAL LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais e execução de serviços para ampliação da rede de fibra óptica própria, bem como para a futura reposta na rede de fibra óptica própria existente, atendendo às necessidades do Departamento de Administração e Planejamento, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o edital e descrição a seguir.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	200	Un	Adequar fiação para cabos (fio tipo compacto 74mm)	Next Fiber	2,49	498,00
02	5.000	M	Cabo de Fibra Óptica 1FO	Next Fiber	0,49	2.450,00
03	1.000	M	Cabo de Fibra Óptica 12FO x 800	Next Fiber	2,17	2.170,00
04	6.000	M	Mão de obra para instalação de Fibra Óptica		1,03	6.180,00
05	120	Un	Mão de obra para Teste de Fibra Óptica		6,49	779,00
06	30	Un	Conector RJ-45-Polilux com no mínimo as especificações abaixo: - Bateria pronta de instalação; - Material de alta resistência; - Fácil e rápida instalação e manutenção; - Alta durabilidade; - Conector opcional: SC; - Polímero opcional: APC	Next Fiber	5,48	1.644,00
Valor Total Estimado						24.981,00

VIABILIDADE: A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data de 02 de setembro de 2025, ou seja, até 01 de setembro de 2026.

DATA DE ASSINATURA A ATA: 06 de agosto de 2025.

Marmeleiro, 06 de agosto de 2025.

Jander Luiz Lous

Prefeito

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO
FORNECEDOR: VNI TECHTRIA SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais e execução de serviços para ampliação da rede de fibra óptica própria, bem como para a futura reposta na rede de fibra óptica própria existente, atendendo às necessidades do Departamento de Administração e Planejamento, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o edital e descrição a seguir.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	200	Un	ONU com no mínimo especificações abaixo: COMPAHVEL COM EQUIPAMENTOS 2A EXISTENTE. 1 porta 10/100/1000 Mbps (RJ45) 1 porta 10Gbps SFP+ (RJ45) 1 FC Jack. Taxa de transmissão: 12 Gbps PON ITU-T G.984.1 (GPON) 9 T-CONTS por dispositivo Ativação com descodificador automático de SN e senha em conformidade com ITU-T G.984.3 Descodificação AES-128 com geração de chave e autenticação FEC (Forward Error Correction) Suporte para Multicast GEM Port Ethernet 10 Beidou and on-chip (802.11n) (802.11g) Quatro portas de rede com 802.11g (802.11n) + novo canal VLAN tagging/untagging VLAN stacking (Q-in-Q) Suporte a 4096 VLANs Tamanho máximo do frame: 1.518 bytes	Intelbras (ONU RJ)	133,00	1.330,00
07	10	Un				
Valor Total Estimado						1.330,00

VIABILIDADE: A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data de 02 de setembro de 2025, ou seja, até 01 de setembro de 2026.

DATA DE ASSINATURA A ATA: 06 de agosto de 2025.

Marmeleiro, 06 de agosto de 2025.

Jander Luiz Lous

Prefeito

Câmara Municipal de Verê

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2025 - CMV

OBJETO - Contratação de inscrição no curso "Motivando Campeões Comunicação Assertiva, Vendas e Atendimento, PNL e Inteligência Emocional" a ser realizado no dia 12 de agosto de 2025 às 19:00 h no Centro de Eventos Chácara Pinheiros - Verê Pr., com a participação dos vereadores e servidores, conforme proposta comercial, a serem realizados no Centro de Eventos Chácara Pinheiros - Verê Pr.

Item	Produto	Und	Qtde
1	Inscrição no curso "Motivando Campeões Comunicação Assertiva, Vendas e Atendimento, PNL e Inteligência Emocional"	und	12

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Exercício	Conta de despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	80	01.001.01.031.0001.2001	001	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata a presente dispensa de licitação são oriundos do Orçamento próprio da Câmara Municipal.

DOS PREÇOS:

As especificações, quantitativos e preços serão de acordo com a pesquisa de preços aferidas em potenciais fornecedores no município e na falta de opção dentro do município em municípios circunvizinhos.

DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO PRAZO DE ENTREGA:

- O regime de execução 30 dias.
- Prazo de entrega: 30 dias.

Verê - PR, 05 de agosto de 2025.

Tainara Carla Cecagno
Presidente da Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Salto do Lontra

AUDO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 30/2025

Bipartido prazo regular, dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do Art. 17 da Lei nº 14.133/21, ratifico presente processo nas seguintes condições:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PROTECTOR DE BATERIA	1,00	177,14	177,14
2	REVISAO 7000 MM	3,00	38,10	114,30
3	FILTRO DE AR 301/101/130	1,00	9,35	9,35
4	CRISTALIZADOR DE PARABRISA OF084	1,00	30,30	30,30
5	KIT DE SANITIZACAO - 600555	1,00	65,97	65,97
6	CONJUNTO DE LAMPAS DE LUMINACAO - 010551	1,00	69,47	69,47
7	GRAXA COBRADA VEL. E F. - 010551	1,00	60,76	60,76
8	CLEVER PLUS - OFA0709	1,00	65,97	65,97
9	LAMP. E DISCAR. DO SIST. OF0551	1,00	125,91	125,91
10	ELEMENTO DE LANT. - SP13021000	1,00	71,99	71,99
11	TRATAMENTO AR CONDICO - 010551	1,00	60,76	60,76
12	LAMP. MOTOR LC AUTOMOTIVA OF079	1,00	65,97	65,97
13	SIENACADOR DE PRBO LC - 4182010	1,00	69,47	69,47
14	PROTECTOR PARA MOTORES - OF084	1,00	64,26	64,26
15	COMPLETA DO RADIADOR - OF0552	1,00	36,93	36,93
16	DETECTOR PLUS LC AUTOMO - OF0551	1,00	104,18	104,18
17	AROMATIZADOR AUTOMOTIVO - 010551	1,00	66,83	66,83
18	PROTECTOR PCLO - BATERIA - 42080209	1,00	36,06	36,06
19	KIT LELAC - 010551	1,00	56,44	56,44
20	LAMP. PROX - 1000102	1,00	62,52	62,52
21	REPARADOR DE PNEUS - OF4206	1,00	69,49	69,49
22	LAMP. BICO DA INQUINA FLEX - 010551	1,00	136,93	136,93
23	LUB. SINO - P30307	2,00	70,00	140,00
24	LUB. SINO - BULO DE OLEO - 21530910	1,00	6,21	6,21
25	CONJUNTO DO FILTRO DO OLEO - 26300050	1,00	48,29	48,29
26	LAMP. SUPRADOR DE AR COND - 010551	1,00	161,50	161,50

Totalizando por fornecedor:	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
FORNECEDOR	2.404,25

Salto do Lontra, 05 de agosto de 2025.

Fernando Alberto Cadore

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1043/2025, DE 06 DE AGOSTO DE 2025

Síntese: Nomeia Pregoeiro, exclusivamente para condução de processo licitatório na modalidade Pregão, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e da outra prova de licitação.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o Decreto Municipal nº 699, de 07 de fevereiro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor abaixo relacionado para atuar como Agente de Contratação/Pregoeiro, exclusivamente para a condução do Pregão Eletrônico nº 55/2025, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação municipal vigente:

NOME DO SERVIDOR	CPF	FUNÇÃO
Roberto Carlos Lucetto	094.956.820-15	Agente de Contratação/Pregoeiro

Art. 2º A Equipe de Apoio nomeada por meio da Portaria nº 685/2024, de 17 de janeiro de 2024, permanece designada para auxiliar nos trabalhos de certame referido no artigo anterior.

Art. 3º As atribuições do Pregoeiro e da Equipe de Apoio estão definidas no Decreto Municipal nº 530, de 30 de março de 2023 atualizado pelo Decreto Municipal nº 699, de 07 de fevereiro de 2024, e deverão ser exercidas em conformidade com a legislação pertinente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, exclusivamente para os fins e efeitos do presente licitatório mencionado no art. 1º.

Edição da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 06 de agosto de 2025.

Fernando Alberto Cadore
Prefeito Municipal

Prefeitura de São Jorge D'Oeste

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Licitação Modalidade: Dispensa Nº 023/2025

Objeto:

Contratação Direta por Dispensa de licitação, fundamentada no inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, para assinatura de Ata de Registro de Preços com a empresa: DA ROSA & THOMAZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.351.628/0001-65, localizada à R. Condição, nº 466, Centro, CEP: 85.875-000, São Jorge D'Oeste/PR, (46) 3534-1293, especializada na prestação de serviços de castração de animais domésticos - cães e gatos - conforme e indicação do item 1.1 do anexo I da Lei nº 886/2019 do município de São Jorge D'Oeste/PR.

Em cumprimento ao disposto no art. 75, inciso VIII e §6, da Lei 14.133/2021, torna público o resultado da Dispensa de licitação em epígrafe:

FORNECEDOR: DA ROSA & THOMAZ LTDA. CNPJ Nº. 31.351.628/0001-65, com sede na R. CONCORDIA, 466 - CEP: 85575000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: São Jorge d'Oeste/PR. O valor total será de R\$ 108.165,00 (cento e oito mil cento e sessenta e cinco reais).

Homologo a presente Dispensa de Licitação.

São Jorge D'Oeste - Pr, 06/08/2025

GELSON COELHO DO ROSÁRIO

PREFEITO

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PROTECTOR DE BATERIA	1,00	177,14	177,14
2	REVISAO 7000 MM	3,00	38,10	114,30
3	FILTRO DE AR 301/101/130	1,00	9,35	9,35
4	CRISTALIZADOR DE PARABRISA OF084	1,00	30,30	30,30
5	KIT DE SANITIZACAO - 600555	1,00	65,97	65,97
6	CONJUNTO DE LAMPAS DE LUMINACAO - 010551	1,00	69,47	69,47
7	GRAXA COBRADA VEL. E F. - 010551	1,00	60,76	60,76
8	CLEVER PLUS - OFA0709	1,00	65,97	65,97
9	LAMP. E DISCAR. DO SIST. OF0551	1,00	125,91	125,91
10	ELEMENTO DE LANT. - SP13021000	1,00	71,99	71,99
11	TRATAMENTO AR CONDICO - 010551	1,00	60,76	60,76
12	LAMP. MOTOR LC AUTOMOTIVA OF079	1,00	65,97	65,97
13	SIENACADOR DE PRBO LC - 4182010	1,00	69,47	69,47
14	PROTECTOR PARA MOTORES - OF084	1,00	64,26	64,26
15	COMPLETA DO RADIADOR - OF0552	1,00	36,93	36,93
16	DETECTOR PLUS LC AUTOMO - OF0551	1,00	104,18	104,18
17	AROMATIZADOR AUTOMOTIVO - 010551	1,00	66,83	66,83
18	PROTECTOR PCLO - BATERIA - 42080209	1,00	36,06	36,06
19	KIT LELAC - 010551	1,00	56,44	56,44
20	LAMP. PROX - 1000102	1,00	62,52	62,52
21	REPARADOR DE PNEUS - OF4206	1,00	69,49	69,49
22	LAMP. BICO DA INQUINA FLEX - 010551	1,00	136,93	136,93
23	LUB. SINO - P30307	2,00	70,00	140,00
24	LUB. SINO - BULO DE OLEO - 21530910	1,00	6,21	6,21
25	CONJUNTO DO FILTRO DO OLEO - 26300050	1,00	48,29	48,29
26	LAMP. SUPRADOR DE AR COND - 010551	1,00	161,50	161,50

Prefeitura Municipal de Renascença

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9006/2025- PMR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço por item.
OBJETO: Aquisição de veículo novo, 0KM, estilo pick-up, cabine dupla, 4 portas, conforme especificações constantes no Termo de Referência. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 22 de agosto de 2025 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: <http://www.gov.br/br/compras/pj-br>
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 - 8331.

Renascença, 06 de agosto de 2025.

LUANA SPEERIN BURIN

Pregoeira/Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Pato Branco

RESOLUÇÃO 050/2025

Síntese: Aprova a atualização do PPP - Projeto Político Pedagógico do serviço de acolhimento em Família Acolhedora.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCCA) de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.338/2010 e suas alterações, por meio de Deliberação em reunião ordinária realizada em 06 de agosto de 2025, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do PPP - Projeto Político Pedagógico do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revoga todas as disposições contrárias.
Pato Branco, 06 de Agosto de 2025.

Carlos Henrique Galvan Gnoatto

Presidente

Conselho Municipal de Defesa
dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS
AVISO DE ABERTURA DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, CNPJ nº 03.136.858/0001-08, situado à Rua Amador, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, por intermédio do Setor de Licitação, devidamente autorizado por seu Presidente, o Sr. Vilmar Schmöller, torna público a abertura de Processo de Dispensa de Licitação com base na Lei 14.133/2021, que tem por objeto:

Registro de Preços para fornecimento de solução integrada de sistema de registro de ponto eletrônico, incluindo a locação de equipamentos, licenciamento de software para gestão e tratamento do ponto, além da prestação dos serviços de instalação, implantação, migração de dados, parametrização e treinamento, conforme condições e especificações estabelecidas neste aviso e suas anexos. Informações para atendimento a demandas constantes no aviso de contratação direta que está disponível no endereço eletrônico: www.conimis.org.br, na aba Licitações.

Data limite para apresentação de propostas: 11/08/2025.

Pato Branco/PR, 06 de agosto de 2025.

DESLANI CRISTINA GREYS PINHEIRO

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE CONTRATAÇÕES

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023
EDITAL Nº 048.001/2023 - CONVOCACAO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E EXAMES ADICIONAIS
O Presidente do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, Senhor Vilmar Schmöller, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e Contrato de Consórcio Público e tendo em vista o disposto no Edital de Abertura de Concurso Público nº 01.001/2023 de 27 de junho de 2023, resolve:

TORNAR PÚBLICO Art. 1º Convocar para o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2023, para o Emprego Público e ser ocupado no CONIMS situado no Município de Pato Branco/PR nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas pelo Edital nº 01.001/2023.

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
MARCELO BOMBA DO NASCIMENTO	9º

(Anexar em envelope a ser entregue nos seguintes endereços eletrônicos: licitacao@conimis.org.br e licitacao@conimis.org.br).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE